

AS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO REGIONAL E MUNDIAL DA POLÍTICA EXTERNA INDIANA COM OS PAÍSES DO SUL

STRATEGIES OF REGIONAL AND GLOBAL ACTION OF INDIAN FOREIGN POLICY WITH SOUTHERN COUNTRIES

Fernanda Queiroga Sousa

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

Jeane Silva Freitas¹

Luiza Rosa Barbosa Lima²

Universidade Estadual da Paraíba

Departamento de Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais

Resumo: As mudanças ocorridas no cenário internacional, especialmente com o fim da Guerra Fria, provocaram uma acentuada reestruturação nas relações interestatais indianas, inclinadas, sobretudo, para o multilateralismo. Essa predominância na política externa indiana é evidenciada nas alianças que a Índia tem firmado com os países do Sul e com organismos internacionais. Nesse sentido, as relações externas da Índia têm chamado atenção devido ao seu crescente envolvimento estratégico nos arranjos cooperativos entre as chamadas potências emergentes, em particular os BRICS. Dessa forma, o presente artigo pretende examinar essa nova onda de cooperação, em consonância com a política externa da Índia, nas suas relações com o Sul, de forma a entender analiticamente os reais interesses da política multilateral do país no processo de barganha empregado por meio de sua estratégia de coalizões com os Estados em desenvolvimento.

Palavras-chaves: Política Externa Indiana. Estratégias de Coalizão. Países do Sul.

Abstract: The changes in the international arena, especially with the end of the Cold War, provoked a strong restructuration in the Indian interstate relations, above all, with trends to multilateralism. This predominance in the Indian foreign policy is evident in the alliances that India has signed with southern countries and international organisations. In this sense, Indian external relations have drawn attention because of its growing strategic involvement in cooperative arrangements among the so-called emerging powers, particularly the BRICS. Hence, this article intends to examine this new wave of cooperation, in line with the Indian foreign policy, in its relations with the South, in order to analytically understand the real interests of the multilateral policy of the country in the bargaining process employed through its strategy of coalitions with developing States.

Key-Words: Indian Foreign Policy. Coalition strategies. Southern countries.

Recebido: 07/12/2015

Aprovado: 26/01/2016

Introdução

O mundo pós-Guerra Fria alterou consideravelmente a possibilidade de inserção de muitos Estados que compunham o chamado Terceiro Mundo. Essa grande virada no cenário internacional está sendo visualizada, sobretudo, pela forte tendência ao multilateralismo, que

¹ jdinha.freitas@gmail.com

² luizarosa@hotmail.com

resulta em grande medida do acelerado processo de globalização, da predominância do liberalismo comercial e das ondas de regionalismo. Todos esses fatores foram determinantes na formação das agendas dos Estados Nacionais, que tiveram que acompanhar e tentar se adaptar ao novo ambiente. Dentro desse contexto, países, como a Índia, demonstraram impressionantes níveis de desenvolvimento, colocando-os em um status diferenciado no sistema internacional.

Por ser um líder regional em vias de desenvolvimento, reconhecido como a maior democracia do mundo, vasto em território, população e diversidade cultural, a Índia ascende na nova ordem mundial como um “gigante tigre adormecido em meio aos velhos tigres asiáticos” (BERNDT & NUNES, 2002, p. 4). A expressão é um reflexo das mudanças que ocorrem no sistema internacional, assim como um indicador das potencialidades do país.

Os dados apresentados pelo Banco Mundial (2014) apontam o devido significado do termo. De acordo com as informações da instituição, a Índia está localizada em privilegiada situação geoestratégica, com acesso direto ao Sudeste e ao Leste da Ásia, à África Oriental e ao Oriente Médio. É a oitava economia mundial, com o PIB per capita de US\$ 2,1 trilhões, o sétimo maior país em extensão territorial, com 3.291.000 km², e o segundo em população, com mais de 1,2 bilhões de habitantes (THE WORLD BANK, 2014).

A aparente conjuntura apresenta a Índia com grandes possibilidades de crescimento, especialmente por sua postura geopolítica na região asiática e pelo próprio fato de adotar uma política externa na constituição de coalizões Sul-Sul. As alianças Sul-Índia são evidenciadas a partir dos projetos de cooperação existentes com o IBAS, o G20 e com outras regiões do Hemisfério Sul, como América Latina e África.

Tendo por base os apontamentos descritos acima e sabendo da relevância do estudo da cooperação internacional para compreender os desdobramentos na nova ordem mundial, o presente artigo demonstrará o arranjo de alianças voltadas para cooperação horizontal Sul-Sul, de forma a compreender o novo cenário global que se desenha com a emergência de representantes do mundo em desenvolvimento, como a Índia, que têm orquestrado a construção e consolidação de coalizões Sul-Sul.

Nesse contexto, descreve-se as relações Sul-Índia com o propósito de identificar o interesse político indiano na formação de alianças com Sul e refletir sobre o respaldo desta estratégia como determinante no seu status político no sistema internacional.

1. Cooperação horizontal Sul-Sul

A ideia de concertações Sul-Sul tem ocupado um papel de destaque na dinâmica dos arranjos multilaterais, particularmente no que tange às perspectivas de reequilíbrio de forças centro-periferia no sistema internacional. Embora com mais evidência atualmente, a construção da cooperação para o desenvolvimento do Sul não é recente e muito menos os objetivos que levam a formar coalizões com este Hemisfério (OLIVEIRA J. ONUKI & OLIVEIRA E., 2006). Na verdade, até se chegar à maior interdependência entre esses Estados, a cooperação entre eles enfrentou diversos obstáculos, os quais, segundo Ribeiro (2003), ainda permanecem emperrando muitos processos de integração econômica, política e social.

Vários obstáculos impediram uma cooperação técnica mais intensa desses países. A Organização das Nações Unidas (ONU) identificou, entre outros: ausência de informação e de comunicação; falta de mecanismos adequados para promover cooperação mútua; inadequação de recursos financeiros; condicionamento de dependência cultural criado pela colonização, que tende a favorecer a assistência técnica tradicional entre o norte e o sul. Essa barreira, presente nos corações e mentes dos povos e dos governos, constitui uma das maiores ameaças à cooperação técnica entre países em desenvolvimento (RIBEIRO, 2003, p. 114).

Ribeiro (2003) também assinala que a cooperação entre os países do Sul se tornará ainda mais difícil se os governos considerarem como instrumento do desenvolvimento a imitação do Norte e a centralização do poder. Mas, se, ao contrário, considerarem como desenvolvimento “a justiça social, o atendimento às necessidades básicas, a equidade, a qualidade de vida nas áreas rurais e a participação do povo”, então a cooperação técnica entre os países não desenvolvidos será uma alternativa promissora.

O fato é que a emergência e o fortalecimento das relações entre esses países afins estão desenhando uma nova realidade global, que, na visão de Rodrigues (2010), pode ser identificada como um tipo de cooperação horizontal da qual se objetiva uma concertação com vistas a minimizar as desigualdades internacionais e a enfrentar problemas domésticos semelhantes.

Ainda de acordo com Rodrigues (2010), os Estados em desenvolvimento percebem a cooperação horizontal como um meio de articular as oportunidades e demandas oferecidas tanto pelo ambiente doméstico, quanto pelo meio internacional, com o propósito de compatibilizar os interesses divergentes entre eles na busca de fomentar maior interdependência e alargar as parcerias estratégicas, retirando-se, assim, de um limitado vínculo unilateral com os países desenvolvidos.

Teoricamente, essa cooperação horizontal se insere na prática das relações internacionais, estabelecendo-se, não por meio da coação ou do constrangimento, mas pelo consenso mútuo entre os participantes. De acordo com a leitura de Haas (1992), a cooperação surge a partir do reconhecimento dos custos e limitações de ações tomadas unilateralmente em favor de ações cooperativas subordinadas a um processo decisório conjunto.

Neste ensejo, é importante salientar que a efetiva aproximação entre os países do Sul, em contraposição aos interesses unilaterais dos países desenvolvidos, é, em parte, resultante da perspectiva de ascensão do resto, ou, mais especificamente, da projeção no sistema internacional das chamadas potências emergentes (RODRIGUES, 2010).

A ascensão das potências emergentes na cena internacional é um fenômeno recorrente, histórico e até mesmo inegável. No entanto, não existe uma teoria consistente da “emergência” nas relações internacionais. Há, sim, elementos afirmativos que legitimam a entrada dos Estados em desenvolvimento no jogo do equilíbrio de poder mundial, dentre os quais se destacam: o crescimento econômico, o poderio militar, a grandeza demográfica e territorial e a proeminência regional (CARNEIRO, 2008).

Adicionados a esses elementos, cabe também destacar o caráter positivo e estabilizador dos emergentes do Sul que se dá, conforme analisa Carneiro (2008), por várias razões, mas essencialmente em virtude dos princípios que norteiam suas políticas externas, como: a não agressividade, buscando legitimidade pela negociação e cooperação; a não demonstração de força, e sim vontade política pacificadora; o papel regional positivo, mesmo com níveis de dificuldade diferentes; o papel econômico estabilizador e de desenvolvimento regional; o poderio militar, essencialmente com fins pacíficos e de busca pela paz; e o comprometimento com o enfoque humanitário e normativo do sistema de segurança, além da aposta no *Soft Power* para o ganho de influência.

É dentro dessa conjuntura que se insere a Índia, com suas políticas direcionadas para um multilateralismo internacional amplo, cuja articulação foge aos padrões característicos da “incompleta ordem unipolar” existente desde o pós-Guerra Fria, e exercida de forma proeminente pelos Estados Unidos, devido ao seu *status* de única superpotência do Sistema Mundial. Em outras palavras, o que surgiu do desaparecimento da ordem bipolar não foi uma ordem unipolar. Carneiro (2008) a classifica como uma ordem unipolar incompleta, ou fragmentada, na medida em que há um poder claramente superior aos demais e uma proliferação de instabilidades e poderes locais sobre os quais a única superpotência não consegue exercer uma autoridade estabilizadora. Desse modo, observa-se o movimento

indiano de contraposição ao ancorado contexto da política estadunidense de manutenção de um cenário internacional assimétrico e desigual (HAZRAEL, 2011).

Por este prisma, há de se considerar que o próprio histórico do interesse indiano voltado ao multilateralismo se justifica pela busca do reconhecimento de seu *status* de potência no sistema internacional. Assim, no dizer de Mongiardim (2011), a recente aposta indiana no multilateralismo encontra suporte nos tradicionais princípios da tradição de Nehru, empregada pela Índia desde sua independência – como convivência pacífica, neutralidade, igualdade, não-ingrência e respeito mútuo, e a ideia de que a ONU pode ser considerada seu máximo expoente –, não deixando de responder, sobretudo, “aos seus desígnios de contribuir, mais decisivamente, para uma nova arquitetura mundial multipolar e, no limite, para o deslocamento do centro de gravidade do poder mundial para a Ásia” (MONGIARDIM, 2011).

É interessante observar, também, que a articulação entre os novos centros de poder não se acentua apenas nas relações diretas com os Estados do Sul, mas também no seio das instituições internacionais, algo já caracterizado dentro de uma concertação multilateral (LIMA, 2005).

Convém destacar que as instituições internacionais são tomadas como fontes de incentivo à cooperação, pressupondo que as instituições internacionais possibilitam o compartilhamento dos interesses estatais, com vistas a minimizar os custos das negociações e os efeitos negativos da disputa de poder, derivada da anarquia e do conflito, e criar instrumentos e normas capazes de atuar como catalisadores da cooperação internacional (LEITE, 2008).

Essa leitura institucionalista tende a criar consensos positivos da construção de regimes e organizações internacionais, que na visão de Krasner (1982, p. 182) são definidos como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais convergem as expectativas dos atores em uma determinada área”. Essa estrutura vem sendo percebida, inclusive, nas coalizões Sul-Sul como um recurso para melhor articular suas políticas de inserção no ambiente externo.

Na prática, esses esforços cooperativos se consubstanciam por meio da participação em rodadas de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), justamente com foco nos novos desafios temáticos sobre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico, assim como nas discussões da Organização das Nações Unidas (ONU), reintroduzindo a centralidade do papel das coalizões Sul-Sul (OLIVEIRA J, ONUKI & OLIVEIRA E, 2006).

Para entender melhor como se configuram as estratégias da atuação Sul-Sul no âmbito internacional, precisa-se compreender inicialmente quais motivações levam os Estados do Sul a formarem coalizões. Antes de tudo, é necessário ter em mente que os processos de formação das coalizões possuem como fundamento elementar o jogo das forças inter e intracoalizes. Dentro da interação de forças no âmbito interrelacional, os Estados estão mais preocupados com o equilíbrio de poder, e nisso tentam contrabalancear as grandes potências como forma de minimizar as assimetrias e disparidades por meio da barganha. Já dentro da lógica de forças intracoalizes, os Estados procuram desenvolver estratégias no sentido de controlar os demais membros da aliança. Esta é a razão, por exemplo, para o fato de um ator médio preferir se aliar a um parceiro mais fraco do que ao ator hegemônico do sistema.

Com efeito, a consequência de uma aliança formada entre um país em desenvolvimento e uma potência mundial significaria, neste aspecto, a perda de graus de autonomia e a subordinação do ator médio. Por isso, muitas vezes as preferências de parcerias são informadas pela assimetria do poder relativo (CAPLOW, 1956).

É crucial neste ponto entender que a busca por estratégias contra-hegemônicas possui sua base na constituição de um sistema multilateral que procura intensificar a cooperação por meio de coalizões ou agrupamentos regionais. Já que as instituições podem ser dominadas pelo Estado hegemônico ou estarem predispostas a seu favor, a alternativa mais viável para os Estados menores seria evitar o risco de políticas coercitivas que ameacem seus interesses. Essa abordagem parte de uma visão realista e teórica da hegemonia internacional que dá pouca atenção às instituições.

Faz-se essencial frisar, também, que as motivações dos países em optar pela formação de coalizões no jogo das negociações e relações internacionais não se resumem apenas a uma lógica realista de equilíbrio de poder, mas comporta explicações de outras matrizes teóricas, como a abordagem organizacional – que relaciona a concertação dos arranjos cooperativos como meio de diminuir os custos transacionais, principalmente para os países de menor desenvolvimento – e a análise cognitiva e neoinstitucional, que focam no papel dos grupos de interesse e instituições que operam no campo ideológico e na coadunação de elementos societais comuns (OLIVEIRA J, ONUKI & OLIVEIRA E, 2006).

Em última análise, todos esses fatores se correlacionam e compelem para que os Estados do Sul, por intermédio das coalizões, busquem maior participação no cenário internacional. Como tem ocorrido especialmente na política indiana por meio de sua atuação no G20 e no IBAS.

Com efeito, o IBAS reforçou o tema da cooperação Sul-Sul a partir da percepção de que os interesses e as demandas do Sul não formam a maior parte das temáticas conduzidas pelos Estados do Norte na ordem internacional. A proposta de criação do Fórum IBAS “foi lançada em encontro dos Chanceleres dos três países, por ocasião da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003. Seu estabelecimento formal se daria em 6 de junho de 2003, com a Declaração de Brasília” (MOURA, 2009, p. 13). Destarte, o objetivo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul é “desenvolver um ambiente mais favorável às respectivas estratégias de inserção internacional e, em segundo, buscar uma ampliação do relacionamento econômico-comercial e científico-tecnológico” (OLIVEIRA H., 2007, p. 17). Importante frisar que estes objetivos têm sido observados dentro da ampla estratégia de alianças firmadas entre a Índia e o Mercosul, a Índia e o SACU (*Southern African Customs Union*) e o Mercosul e o SACU.

Movida por essa percepção, a Índia, bem como o Brasil e a África do Sul, compreendeu que a maior aproximação entre eles promoveria as condições necessárias para assegurar o seu crescimento de maneira sustentável.

Nesse contexto, os principais fatores de aproximação dos três países são seus governos democráticos, as suas condições de Estados em desenvolvimento e suas capacidades de atuação em escala global, que, em consonância com suas características identitárias comuns – como a condição de potências médias; o peso específico regional; a caracterização como economias emergentes; o padrão de atuação similar em organismos multilaterais; os parques industriais desenvolvidos; o perfil de suas sociedades, com acentuados problemas de distribuição de renda e parcelas consideráveis de populações economicamente excluídas –, partilham do mesmo desejo de reformar as Nações Unidas, de modo a conferir aos países em desenvolvimento maior representatividade (MOURA, 2009).

Apesar de esses fatores indicarem um sinal positivo à cooperação, existem muitas dúvidas quanto à legitimidade das políticas empreendidas por Índia, Brasil e África do Sul no tocante à sua capacidade de atuação e resolução de problemas. Particularmente, coloca-se como dificuldade principal à trilateral aliança o distanciamento geográfico que, somado ao papel de liderança regionalmente exercida por cada um deles, dificulta a consolidação de uma parceria estratégica que instrumentalize a defesa dos interesses de cada um (OLIVEIRA H., 2007).

Neste sentido, é possível inferir que a diretriz da política externa indiana, fundada na autonomia, no seu “protagonismo regional” e nos diferentes alinhamentos estratégicos

firmados pelo país, contribui para se pensar o IBAS a partir de uma lógica de cooperação Sul-Sul que se enquadraria, dentre as diferentes motivações acima mencionadas, na ideia do equilíbrio de poder.

Por outro lado, mesmo sendo, por muitos, questionado, Rodrigues (2010) defende a ideia de que, ainda que existam diferenças e particularidades de preferências na política externa dos três países, não se pode negar o esforço para a concretização de suas agendas de concertação Sul-Sul, almejado pelos três países com o propósito de convergir seus posicionamentos em um cenário de interdependência econômica assimétrica, no qual um arranjo multilateral com outros países pode auferir maiores benefícios do que uma atuação unilateral.

Ademais, o IBAS, na visão de Oliveira H. (2007), tende a ser encarado como uma coordenação política dos interesses do Sul que, em seu desempenho nos diversos fóruns negociadores, não se sobrepõe às demais coalizões de Sul já existentes, ao contrário, busca reforçá-las ao também pressionar por um amplo conjunto de reformas nas instituições internacionais multilaterais.

Oliveira H. (2007) afirma ainda que o IBAS não é uma coalizão temática, como o G20 – que se caracteriza por ser uma aliança de tipo setorial, focada especificamente na questão agrícola e comercial –, mas possui um caráter mais pragmático e amplo, divergente das tradicionais alianças ideológicas ou temáticas, pois sua percepção decorre da convergência de assuntos em diversas áreas.

Neste ensejo, abre-se um parêntese para discorrer brevemente sobre o G20, que, assim como o IBAS, é considerado um escopo da atuação indiana no seu quadro formal de alianças com o Sul. O G20 tem uma vasta representação geográfica, sendo atualmente integrado por 21 países: cinco da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), “seis da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e dez da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Guatemala, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela)” (OLIVEIRA H, p. 17).

Surgido na Conferência da OMC em Cancun, em 2003, o G20 conseguiu, graças ao seu arranjo de concertação, impor um novo papel no âmbito das negociações sobre a liberalização do comércio internacional. Sob a liderança da Índia, a cooperação por meio do G20 compôs um forte movimento de contraposição aos imperativos econômicos dos países do Norte, e empreendeu iniciativas e projetos com vistas a impedir políticas restritivas ao desenvolvimento (PACHECO, 2010).

A Índia reconhece em suas políticas a importância do sistema multilateral de comércio e, por isso, participa ativamente das reuniões na OMC, junto com outros países em desenvolvimento, a fim de reivindicar um tratamento especial aos Estados do Sul. Ela destaca que os padrões estabelecidos nos acordos internacionais de comércio deveriam levar em consideração as especificidades dos países em desenvolvimento, pois nenhuma regra a ser criada pode ter aplicação universal e irrestrita (SANTOS, 2006).

Diante das informações elencadas até aqui, é interessante observar que o demasiado interesse indiano, voltado para a formação de coalizões Sul-Sul, corresponde primariamente ao ambicioso desejo de se tornar uma potência mundial, propósito a ser alcançado, segundo a visão de mundo da Índia, por meio de uma reconfiguração e de um reequilíbrio de forças de poder entre os Estados. E, isso justifica a estratégia indiana de se estabelecer como liderança nos fóruns de negociações e relações internacionais por meio das alianças configuradas no IBAS e no G20.

Há também que levar em consideração que essa estratégia indiana, direcionada a formar coalizões com o Sul, é resultante do seu interesse em manter uma política autônoma a fim de evitar maior dependência das grandes potências. Por isso, ao levantar a bandeira em prol dos países não desenvolvidos, a Índia – vista como economia em ascensão – consegue se projetar no meio internacional como uma liderança do Sul, por meio de uma política pragmática direcionada a promover seu desenvolvimento e sustentar seu protagonismo regional.

2. Parcerias estratégicas com o Sul

As reformas econômicas empregadas pela Índia no início da década de 1990 e a própria configuração da política internacional no pós-Guerra Fria abriram caminho para que a Índia formulasse uma política externa cada vez mais comprometida a integrá-la ao resto do mundo.

Esses fatores alimentaram o interesse indiano em expandir suas relações, especialmente com os países do Sul, como tem ocorrido por meio das parcerias estratégicas firmadas entre o Estado indiano e as regiões da América Latina e África. Conforme pode-se notar, nas palavras de Pimentel (2008, p. 391), “a tradição e as preocupações universalistas da política externa da Índia favorecem uma aproximação com a África e a América Latina, não mais no formato não-alinhado, mas sim em busca de maior densidade econômico-comercial”.

Por isso, convém estudar como se configuram as relações da Índia nos dois casos em apreço, com a América Latina e a África, para compreender melhor como se conduzem as

diretrizes de sua política externa, sobretudo em relação aos seus objetivos de desenvolvimento e autonomia, assim como entender de que forma tem-se ampliado o escopo de suas relações com o Sul.

2.1 Relações com a América Latina

O despertar da Índia para a América Latina só pode ser observado a partir da década de 1990, em razão dos processos de modernização e reforma econômica que permitiram a liberalização do seu comércio exterior. Neste momento, a Índia começa a enxergar os países da América Latina como um novo mercado para seus produtos e serviços, assim como um possível provedor de matérias-primas (OLIVEIRA H., 2007).

A partir desta nova ênfase de abertura econômica, a Índia promove uma iniciativa de maior visibilidade na América latina por meio do “*Focus Latin America and the Caribbean*”, lançado pelo Ministério do Comércio, em novembro de 1997, com o objetivo de sensibilizar as empresas indianas sobre as possibilidades da América Latina e incentivar as exportações e os acordos na área da segurança energética (PIMENTEL, 2008). “O petróleo é o produto de maior importância no crescimento acelerado das importações indianas especialmente com o México, Equador, Venezuela e Brasil” (PIMENTEL, 2008, p. 13).

Oliveira (2007) sublinha que a presença estratégica da China na América Latina também foi um propulsor para que empresas indianas comessem a demonstrar um interesse por este mercado. Mesmo a Índia não apresentando capacidade para competir com a China nessa região, o país possui vantagens comparativas, especialmente por significar uma alternativa estratégica para evitar o monopólio chinês na região.

Em termos comparativos, a China possui níveis mais avançados de trocas comerciais, além de um crescimento econômico que possibilita ao país fornecer produtos industrializados a praticamente todos os países da região, e por isso muitos especialistas alertaram para os impactos dessa emergência econômica da China na América Latina. Quanto à Índia, esta possui um pequeno grau de intercâmbio comercial que a coloca como uma parceira ainda secundária para a região, tanto em termos econômicos, como de investimentos. “Para muitos a Índia parece um distante gigante que ainda não mobiliza positiva nem negativamente interesses econômicos na região” (MOREIRA, 2010, p. 04).

Mesmo assim, não se pode negar que há um esforço por parte do governo indiano em aumentar os laços com a região, inclusive esse interesse é perceptível nos recentes contatos e acordos que o país tem estabelecido com os países e agrupamentos regionais da América Latina.

Heine e Viswanathan (2011) identificam que o potencial crescimento entre a Índia e a América Latina é imenso, como se pode observar pelo valor dos fluxos comerciais entre os dois pólos econômicos, que atingiu uma cifra de US \$ 20 bilhões em 2010, e pelo grande número de trabalhadores latino-americanos (mais de 35 mil) contratados pelas empresas indianas.

As oportunidades e as expectativas de um relacionamento comercial positivo e maior entre ambas as economias reside no possível favorecimento que a América Latina pode obter pela capacidade na área de Tecnologia da Informação indiana, e de outro lado, pela diversidade de produtos – entre eles têxteis, vestuário, automóveis, farmacêuticos – que a Índia pode obter desta relação (HEINE & VISWANATHAN, 2011). Não esquecendo, também, que a crescente demanda indiana por recursos energéticos mantém uma aproximação ainda maior com os países latino-americanos. Neste campo, a Índia tem estreitado relações econômicas com Brasil, México, Equador e Venezuela, em busca de promover maior cooperação para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia (PIMENTEL, 2008).

Cabe aqui chamar atenção para o relacionamento com o Brasil, parceiro ao qual a Índia atribui importância tanto em suas relações bilaterais, quanto multilaterais. No plano bilateral, há um significativo interesse na área de tecnologia e, como já explicitado, na área energética, ganhando destaque o estabelecimento de uma cooperação com a Petrobrás, por ser um parceiro em potencial para as empresas petrolíferas indianas na América Latina. Mas, é no âmbito multilateral que os dois países firmaram acordos mais significativos, por meio de uma colaboração intensa nos fóruns políticos, econômicos e científicos em decorrência da percepção de pontos de vista comuns e de desafios semelhantes. Os principais exemplos dos arranjos multilaterais entre os dois são o IBAS e o G20 (OLIVEIRA H., 2007).

Em síntese, pode-se assinalar que o principal fator para o salto qualitativo no comércio entre esses dois atores internacionais é a mudança na mentalidade de muitos empresários latino-americanos e indianos. A América Latina não levou a sério a Índia no passado. Mas, agora, ela tem percebido a importância da Índia como uma potência econômica emergente e um mercado grande e crescente. Em contrapartida, a Índia também percebeu a América Latina como uma porta para expandir seu mercado, além de apresentar grande relevância para o seu desenvolvimento energético (HEINE & VISWANATHAN, 2011).

2.2 Relações com a África

A cooperação da Índia com o continente africano também pode ser tomada como parte da tendência mundial à ampliação das relações Sul-Sul, mas sem dúvida, mais uma vez, como

resultado da alteração paradigmática do início da década de 1990, que forçou o país, em razão de intensa crise econômica, a abandonar o isolacionismo e ampliar o escopo de suas relações comerciais (VIEIRA, 2009).

No decorrer dos anos, a relação com os países da África oscilou de um período de solidariedade emocional e política, nas décadas de 1950 e 1960 – quando tinham em comum a luta anticolonialista –, para um engajamento seletivo, na década de 1970 e 1980, que ocorreu devido tanto a questões de política externa indiana, que desagradavam os governos africanos, quanto a uma nova política adotada por alguns Estados africanos de “africanização”, ou seja, um movimento pela expulsão de estrangeiros no continente – inclusive de indianos.

Já na era pós-Guerra Fria, a Índia tem procurado fortalecer sua histórica relação política com a África, assim como ampliar e consolidar os laços econômicos com o continente, usando de sua relativa força no cenário internacional para auferir benefícios para o desenvolvimento dos países do Sul (BERI, 2003).

Nesta esfera de análise, há que se levar em conta que a presença indiana na África tem implicações geopolíticas, tanto em se tratando do relacionamento do país com a China quanto das relações com os Estados Unidos. Sumariamente, pode-se dizer que está presente uma forte competição entre a Índia e a China pelos recursos naturais africanos e, com relação aos EUA, pode-se afirmar que as parcerias entre os dois tende a se intensificar, tendo em vista que o país norte-americano vê a Índia como potencial aliado na resolução de diversas questões securitárias nas quais ele está envolvido no continente africano (PHAM, 2007).

Vale salientar que devido ao longo histórico de políticas comuns, os indianos cultivaram uma imagem positiva no território africano, especialmente pelo apoio da Índia aos movimentos antirracistas e anticolonialistas na África, e pela concertação firmada pelos dois no período da Guerra Fria com o Movimento dos Países não Alinhados. Em razão disso, “os africanos possuem uma percepção diferenciada dos indianos e chineses que atuam no continente, sendo atribuída aos últimos uma postura predadora, interessada tão somente na extração de matéria-prima” (VIEIRA, 2009, p. 1319).

Em linhas gerais, a política indiana na África está composta por cinco objetivos principais: “cooperar economicamente, lidar com indianos residentes na África, combater o terrorismo, preservar a paz e auxiliar as forças de defesa africanas” (VISENTINI, 2010, p. 11). Aliados a esses cinco pontos, estão outros interesses intrinsecamente ligados à política externa indiana desenvolvimentista, que gira em torno de sua constante busca pelo protagonismo no sistema internacional.

A partir dessa ótica, não somente o governo, mas também os empresários indianos perceberam o potencial do mercado africano e empreenderam inúmeros programas de interação Índia-África, além de conseguirem assinar acordos com Quênia, Ilhas Maurício, Zâmbia, Uganda, Zimbábue, Nigéria, Etiópia e África do Sul. Para além dos acordos bilaterais, o governo também firmou uma série de arranjos cooperativos com blocos econômicos da África (VISENTINI, 2010, p. 11).

Dentro dessa perspectiva, foram estabelecidas negociações concernentes à criação de uma área de livre comércio entre a SACU e a Índia. Havia por parte da Índia o entendimento de que a África Sul era uma economia regional dominante que começava a emergir de forma diferente na região e, por isso, o governo indiano começou a estreitar as relações com o país africano, a fim de fortalecer sua presença comercial na região por meio de acordos com a SACU (PEREIRA, 2010).

Na visão de Pereira (2010), essa cooperação entre o bloco regional e a Índia não envolve apenas interesses econômicos, mas também políticos, uma vez que corrobora para uma maior cooperação Sul-Sul. A Índia enxerga, nesta abertura comercial, uma oportunidade de conseguir apoio para auferir dentro da OMC maiores ganhos para os países em desenvolvimento.

Outro ponto importante de contato entre a Índia e a África é o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A Índia se articula por intermédio do IBAS com vista a criar uma base logística no contexto geopolítico africano, particularmente no Oceano Índico e também no Atlântico Sul, que despontam como zonas de abundantes recursos energéticos, com as jazidas de gás e petróleo (VISENTINI, 2010).

Deriva daí o crescente interesse indiano em articular uma cooperação naval entre os países do IBAS, que permita instituir uma espécie de “cinturão” sobre as águas territoriais africanas, a fim de obter a manutenção da segurança dos Oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos por potências extrarregionais, o denominado IBASMAR (VISENTINI, 2010).

O IBASMAR é mais uma demonstração efetiva da política externa indiana e que suas ações no continente não são puramente ingênuas, muito pelo contrário, são construídas em torno de uma “barganha econômica” que se configura primariamente pela busca dos seus próprios interesses; em outras palavras, ao oferecer ajuda econômica aos africanos, em troca, a Índia almeja o acesso aos seus recursos energéticos, sendo assim uma política de investimentos econômicos diretos, mas de efeito político indireto.

Diante das proposições elencadas até aqui, podemos notar que a atuação indiana, tanto na África, como na América Latina, tem como propósito último aumentar o intercâmbio comercial na área energética, significando assim mais um demonstrativo da sua política externa pragmática, direcionada a tornar o país uma “potência mundial”.

Com efeito, ao utilizar um forte apelo ao desenvolvimentismo do Sul, o Estado indiano consegue “se aproveitar” dos arranjos cooperativos para barganhar economicamente, ao passo que vai construindo um emaranhado de relações das quais possui elevada influência.

3. A Estratégia multilateral indiana na Organização das Nações Unidas (ONU)

O desempenho político eficiente de uma concertação política entre a Índia e os países do Sul depende de políticas externas assertivas e alinhadas na busca de atingir suas metas institucionais, dimensionadas aqui em torno das instituições internacionais multilaterais como a ONU. Neste sentido, a ênfase indiana no multilateralismo reflete a própria identidade internacional do país, que vê na mediação entre fortes e fracos sua principal contribuição para a estabilidade mundial e o reconhecimento de sua projeção internacional, não pelo recurso à força, mas pela diplomacia (HAZRAEL, 2011).

O culminar desta estratégia indiana se assenta, sobretudo, no reconhecimento mundial de sua grandeza, cujo objetivo central é a luta pela sua candidatura a um lugar permanente no futuro Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reformado e a reivindicação por uma voz mais ativa nos demais organismos do sistema internacional. Ao longo dos anos, a estratégia indiana esteve intrinsecamente atrelada a esse objetivo, ainda mais depois dos acontecimentos do 11 de setembro e da investida dos Estados Unidos no Iraque, que desafiou o Conselho de Segurança da ONU e permitiu que fosse questionada a estrutura da Organização, abrindo assim caminho para as propostas de reformulação do órgão com a meta de torná-lo mais inclusivo. (MONGIARDIM, 2011).

Em busca desta empreitada, a Índia vem concentrando esforços ao lado de Brasil, Japão e Alemanha, formalizando o G4, um grupo de países aspirantes a integrar o Conselho de Segurança. A proposta do G4 é aumentar para 25 o número de Estados do Conselho. Desse total, 11 teriam assento permanente. O novo quadro seria composto pelos cinco países atuais e por mais outros seis, dentre os quais estariam o G4 e mais dois países do continente africano (VASCONCELOS, 2005).

Paralelamente, os *policy makers* indianos percebem o IBAS, e também o G20, como um instrumento para coordenar votos e influenciar as decisões dos outros membros não-

permanentes do Conselho. E, por isso, o país tem formulado e costurado sua política externa bi ou multilateralmente com os países do Sul, em especial com os da América Latina e África. Sobre o IBAS, Bittencourt (2011) escreve que estes países concordaram em iniciar treinamentos em conjunto para a participação em operações de manutenção de paz, além de cooperarem no combate ao tráfico ilegal de armas e narcóticos, dentre outros.

Dentro dessa lógica, é possível entender que os arranjos cooperativos firmados com os países e agrupamentos regionais da África respondem também a mais uma política predadora dos indianos na sua busca pelo protagonismo internacional, pois, conforme aponta Vieira (2009), apesar de não possuírem influência na política internacional, os Estados africanos somam 47 votos na assembleia geral da ONU, e, se a Índia contar com esse apoio, poderá alcançar uma boa vantagem de manobra para atingir seu interesse maior que é pertencer ao seleto grupo das grandes potências.

O caminho, contudo, que a Índia precisa percorrer para chegar a este objetivo ainda se apresenta cheio de obstáculos, dentre eles, o maior é a China. Até agora, a Índia já recolheu os apoios expressos de Portugal, da Grã-Bretanha, da França, da Rússia, e dos EUA – para adentrar ao Conselho de Segurança na condição de membro permanente – tendo a China permanecido numa postura ambígua de apenas reconhecer a importância da Índia no plano mundial ou tão somente a legitimidade dos seus anseios (MONGIARDIM, 2011).

Além disso, Carneiro (2008) coloca um paradoxo que reflete a realidade prática e normativa da própria instituição internacional e emperra ainda mais as aspirações indianas, a saber: a latente discrepância entre o órgão político, democrático e representativo da ONU e o seu órgão de segurança mais pragmático e baseado em critérios de poder. Para o autor, os anseios de países emergentes como a Índia, postulando mais representatividade e transparência no Conselho, fazem sentido devido ao seu arcabouço normativo. Porém, em um contexto de segurança, importantes relativismos devem ser levados em conta. Segurança e pacificação exigem o exercício de poder formal, a capacidade de impor pela força as decisões tomadas em nome da segurança coletiva. E, nesse sentido, o enfoque democrático e universalista pode ser ingênuo para um mundo pleno de ameaças concretas (CARNEIRO, 2008).

Dáí se deduz que a forte campanha pelo desenvolvimentismo do Sul encabeçada pela Índia nos fóruns internacionais, mais especificadamente na ONU, enfrenta um duplo desafio. Primeiro, concentrar o poder decisório no seio da coalizão Sul-Sul, no tocante aos seus objetivos de agenda, sem que, por isso, precise exercer o poder formal; e, segundo, conquistar

um assento no Conselho de Segurança em contraposição aos interesses unilaterais dos países desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, a própria viabilidade da cooperação Sul-Índia pode ser posta em xeque, devido aos fortes indicadores das assimetrias intrabloco, que possibilitam ganhos extremamente desiguais entre os participantes da composição Sul-Sul. De toda forma, a Índia tem grandes chances de se beneficiar desta cooperação, seja por meio de seu grande mercado em expansão, seja pelos seus interesses comuns na arena política internacional (TEIXEIRA JR & LIMA, 2010).

Por fim, realça-se que as diretrizes da política externa indiana em um concerto de alianças com o Sul são, por si só, um paradoxo que acomoda a ambivalência de um movimento contra-hegemônico e a busca por sua autodeterminação entre os centros de grande poder.

Conclusão

A partir deste estudo, as autoras demonstram que a crescente presença na África, na América Latina e nos arranjos multilaterais com o Sul, sinaliza que a Índia procura estabelecer um novo padrão nas relações interestatais, cuja modalidade de relacionamento se configura na cooperação horizontal Sul-Sul. E é por meio dessa estratégia que a Índia adquire um novo papel internacional, conectando-se ao ciclo de desenvolvimento contemporâneo ao adotar uma tática de penetração nos mercados em desenvolvimento.

Com efeito, as parcerias estratégicas indianas firmadas no âmbito do multilateralismo Sul-Sul parecem ser uma saída viável para enfrentar as adversidades sistêmicas e diminuir a assimetria internacional – que tanto distancia a Índia das maiores potências mundiais – ampliando e fortalecendo as relações entre esses países no âmbito das instituições internacionais.

Realmente, um dos pontos fundamentais a serem levantados nessa observação é fortalecimento das relações Sul-Índia nas esferas das instituições internacionais. Conforme exposto neste estudo, a OMC e particularmente a ONU têm sido alvos de muitas metas da política externa destes países, especialmente da Índia, que em sua atuação no G 20 e no Fórum de diálogo IBAS tem reunido esforços na tentativa de barganhar melhores condições de competitividade comercial.

Importante destacar neste ponto que os países do Sul, apesar de se apresentarem como parceiros nessas arenas de negociações e discussões internacionais, não possuem uma agenda

única, nem interesses absolutamente iguais; muito pelo contrário, estes têm demandas diferenciadas resultantes da própria assimetria econômica existente intracoalizes. O que acaba colocando em xeque a consolidação da cooperação Sul-Sul, pois se existe uma assimetria econômica entre eles, há também ganhos desiguais e, neste sentido, estes países acabam se enxergando não apenas como partes de uma arena cooperativa, mas também de um ambiente altamente competitivo.

Destarte, a Índia possui grandes possibilidades de se beneficiar com esta cooperação, seja pelo processo de barganha econômica, ou em razão da conquista cada vez mais crescente de novos mercados nos quais possa exercer maior influência. Influência essa almejada, sobretudo, dentro da ONU, ambiente em que a Índia procura mobilizar as decisões intracoalização para poder atingir mais um de seus interesses nacionais, a saber, um assento no Conselho de Segurança.

Com isso, verifica-se que as interações estratégicas entre a Índia e os países do Sul funcionam como um fator propulsor para reestruturação da ordem mundial, pois as conquistas econômicas favoráveis aos países em desenvolvimento estão fortemente interligadas com o conjunto das estruturas de poder político. E, neste sentido, o potencial econômico e geopolítico indiano pode contribuir ainda mais para um novo desenho da política internacional, chamando atenção para os países do Sul como atores de importância no ambiente externo.

Referências

- BASTOS, Camila A. V. (2008). **Cooperação Brasil – Índia: trajetórias de aproximação..** Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife. (Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima).
- BERI, Ruchita (2003). India's Africa Policy in the Post-Cold War Era: An Assessment. **Strategic Analysis**, 27 (2).
- BERNDT, Priscila e NUNES, Tiago Estivallet (2002). A Índia e a Nova Ordem Mundial: Do Desenvolvimento Interno À Influência Externa. Publicado em [https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo5.pdf] Disponibilidade: 18/09/2016
- BITTENCOURT, Rafael (2011). **A importância da Índia no Conselho de Segurança em 2011.** Conjuntura Internacional: Cenários PUC Minas, , publicado em [http://www.pucminas.br/imagetdb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20110408111250.pdf] . Disponibilidade: 21/11/2011.
- CAPLOW, Theodore (1956). A Theory of Coalitions in the Triad. **American Sociological Review**, 21 (4): 489-93.

- CARNEIRO, Wellington P. (2008). **Por uma teoria dos emergentes: países emergentes e segurança nas relações internacionais**. Universitas: Relações Internacionais 6 (1): 1-41, jan./jun..
- GUIMARAES, Lytton L. (2005). **Política Externa e Segurança: perspectiva indiana**. Universidade de Brasília: Instituto de Relações Internacionais.. p. 1-38. Publicado em[<http://www.revistaintellektor.cenegri.org.br/ed2008-09/lyttonguimaraes-site.pdf>]. Disponibilidade: 03/07/2011.
- HAAS, Peter M. (1992). Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination.: **International Organization**, 46 (1) Winter: 1-35. Publicado em[<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=3216868&fileId=S0020818300001442>]. Disponibilidade: 21/11/2015.
- HAZRAEL, Ben (2011). **Regionalização do Conselho de Segurança da ONU: uma política multilateral indiana**, publicado em Observatório de Impactos Ambientais [<https://politicaeambiente.wordpress.com/2011/06/12/regionalizacao-do-conselho-de-seguranca-da-onu-uma-politica-multilateral-indiana/>]. Disponibilidade: 19/11/2015.
- HEINE, Jorge; VISWANATHAN, R. (2011). **The other BRIC in Latin America: India**, publicado em Americas Quarterly,. [<https://www.cigionline.org/articles/2011/08/other-bric-latin-america-india>]. Disponibilidade: 19/11/2015.
- KRASNER, Stephen D. (1982). Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization** (36), 2, Spring: 185-205.
- LEITE, Leonardo Q. (2008). **Instituições internacionais: uma análise da institucionalidade da OMC.**, publicado em [<http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20IC/Leonardo%20Leite.pdf>]. Disponibilidade: 15/11/2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de (2005). A Política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (1): 24-59.
- MONGIARDIM, Maria Regina (2011). **Índia: potência emergente**. Instituto D. João de Castro, publicado em [http://idjc.pt/14pdf/INDIA_POTENCIA_EMERGENTE_conferencia_IDJC.pdf]. Disponibilidade: 21/10/2015.
- MOREIRA, Maurício M., Ed. (2010). **India: Latin America's next big thing?** New York: Inter-American Development Bank.. Publicado em [<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/413/India%3a%20Latin%20America%20C2%BFs%20Next%20Big%20Thing%3f.pdf?sequence=1>]. Disponibilidade: 11/11/2015.
- MOURA, Gilberto F. G. (2009). O diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS balanço e perspectivas. In III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI): **O Brasil no mundo que vem aí**. Seminário IBAS. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 13-40.

- OLIVEIRA, Amâncio J. N. de; ONUKI, Janaina; OLIVEIRA, Emmanuel. (2006). Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto Internacional**, 28 (2), julho/dezembro: 465-504.
- OLIVEIRA, Henrique A. (2007). **Índia**: política externa e relações com a América Latina. , publicado em [http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/11102a06.pdf]. Disponibilidade: 03/10/2015.
- PACHECO, Silvestre E. R. (2010). **Multilateralismo e Cooperação Sul-Sul**: o Fórum de Diálogo IBAS no marco das relações internacionais entre Brasil, Índia e África do Sul. Dissertação de Doutorado em Direito apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Orientador: Professor Doutor Bruno Wanderley Júnior).
- PEREIRA, Analúcia D. (2010). As relações SACU-Índia: parceria estratégica no âmbito da cooperação Sul-Sul.. **Revista Conjuntura Austral**, 1 (1): 1-13, Ago.Set. Publicada em [http://oaji.net/articles/2015/2137-1436918961.pdf]. Disponibilidade: 19/11/2015.
- PHAM, J. Peter (2007). India's expanding relations with Africa and their implications for U.S. interests. **American Foreign Policy Interests**, 29 (5): 341-52. Publicado em [http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10803920701681378]. Disponibilidade: 11/11/2015.
- PIMENTEL, J. de S. (2008). Índia. *In* – I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI): **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: FUNAG, p. 367-403.
- RIBEIRO, Maurício A. (2003). **Tesouros da Índia**: para a civilização sustentável. Belo Horizonte: M. A. Ribeiro.
- RODRIGUES, Diego de F. (2010). Cooperação horizontal Sul – Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 53 (1): 45-66, jan./jul..
- SALDANHA, Eduardo (2008). **Teoria das Relações Internacionais**. 1 ed. 2º reimpr. Curitiba: Juruá .
- SANTOS, Suelma R. dos (2006). **Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial do Comércio de Seattle a Cancun**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Orientador: Dr. Carlos Roberto Pio da Costa Filho).
- TEIXEIRA JR., Augusto W. M.; LIMA, Marcos C. (2010). Cooperação, regionalismo e desenvolvimento econômico: Brasil, Índia e Coréia do Sul Comparados. **Século XXI**, 1 (1): 29-63, jan-dez. Publicado em [http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1702]. Disponibilidade: 19/09/2015.
- THE WORLD BANK. **Índia**: data 2014. publicado em [http://data.worldbank.org/country/india]. Disponibilidade: 20/01/2016.

- VASCONCELOS, Luciana (2005). G4 discute reforma do Conselho de Segurança da ONU, publicado em **Agência Brasil** [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-07-17/g4-discute-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu>]. Disponibilidade: 19/11/ 2015.
- VEIGA, Pedro da M.; RIOS, Sandra P. (2010). A emergência asiática e a América Latina: implicações econômicas atuais e prospectivas. **Plataforma Democrática**, 8, julho. . Publicado em [<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/18045.pdf>]. Disponibilidade: 21/11/2015.
- VIEIRA, Máira B. B. (2009). Determinantes desenvolvimentistas da presença indiana na África. In: **II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS América Latina em debate**. Porto Alegre: Anais do II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS.
- VISENTINI, Paulo G. F. (2010). A China e a Índia na África: imperialismo asiático ou cooperação Sul-Sul? **Ciências & Letras**, 48: 13-28, jul./dez. Publicado em [<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/47>]. Disponibilidade: 21/11/2015.